

## 02 JUL 1988 A bancada de Rigoletto

Ricardo Noblat

**D**os 286 votos que garantiram na Constituinte a anistia de parte da dívida contraída por pequenos e médios empresários no período do Plano Cruzado, 54,9% foram conferidos por senadores e deputados que aprovaram o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney no início de junho passado. O senador José Lins (PFL-CE), um dos mais ativos líderes do *Centrão*, votou a favor da anistia proposta pelo senador Mansueto de Lavor e pelos deputados Humberto Souto e Ziza Valadares.



Quase 66% dos constituintes que não compareceram à sessão de votação da anistia foram eleitores fiéis do mandato desejado pelo presidente. O senador Álvaro Pacheco (PFL-PI), amigo pessoal de Sarney, sumiu para não votar a anistia que o ministro Maílson da Nóbrega considerava uma "catástrofe". Manteve distância de Brasília o deputado Mateus Iensen (PMDB-PR), festejando autor da emenda que espichou o mandato do presidente até março de 1990.

Entre os 22 constituintes que votaram a anistia mas que se abstiveram de aprová-la ou de recusá-la, 12 (55,4%) premiaram Sarney com os cinco anos — inclusive os alagoanos Guilherme Palmeira e Divaldo Suruagy, senadores, e José Thomaz Nonô, deputado, todos do PFL. Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão e Rio Grande do Norte foram as mais inexpugnáveis trincheiras na defesa do mandato de cinco anos. A votação da anistia destruiu-as.

— A bancada do governo na Constituinte soma os 328 votos que asseguraram o mandato de cinco anos — comemorou, à época da votação, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara e um dos mais assíduos interlocutores do presidente da República. "Ficou provado que temos maioria aqui dentro", reforçou o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. O ministro Antônio Carlos Magalhães sonhou com a formação do "partido de Sarney".

No final da tarde da última quarta-feira, a poucos minutos do início da votação da anistia, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, admitiu, preocupado, para um amigo: "Está difícil. O governo só tem uns

40 votos fiéis". Não explicou se o governo só conta com 40 inabaláveis votos na Constituinte ou se apenas 40 eram os votos que o governo tinha como certos para derrotar a anistia que causaria um brutal prejuízo aos bancos oficiais e privados.

O prejuízo acabou muito menor porque a Constituinte, em seguida à aprovação da anistia de Mansueto, Souto e Valadares, aprovou, também, a anistia do deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara. A segunda limitou, severamente, a primeira. "Grande parte dos constituintes votou a favor da anistia de Roberto Freire porque não soube direito o que estava votando", reconhece o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). Freire concorda com ele.

O desastre que a Constituinte acabou não produzindo por ignorância ou distração serviu, de toda forma, para contrariar a lenda, cultivada pelo governo, de que ele dispõe de uma forte maioria entre senadores e deputados. Gratifica-se, regamente, quem ajudar a localizá-la. Ou essa maioria existe e o governo nada fez para que ela funcionasse contra uma anistia que poderia ter enterrado a política econômica dos ministros da Fazenda e do Planejamento, ou só existiu para votar os cinco anos.

Se a maioria existe, o governo foi irresponsável ao não mobilizá-la. Se não existe, e é isso, verdadeiramente, o que ocorre, abandone o governo a lenda que só serve mesmo para enganá-lo. Curiosa, a situação do governo do presidente Sarney. Quando tem quase toda a sociedade contra ele, ganha na Constituinte — foi o que aconteceu na votação do mandato de cinco anos. Quando quase toda a sociedade está ao seu lado, perde — não foi outra coisa o que se deu com a anistia.

A bancada do governo na Constituinte é como "la donna" da ópera *Rigoletto*, de Verdi: "...è mobile, qual piuma al vento". E é pequena.

**Idéia fixa** — O deputado José Maurício (PDT-RJ) acusou o deputado Francisco Dornelles de ter-se posto a serviço do ex-presidente Ernesto Geisel para que a Constituinte rejeitasse, como de fato rejeitou, a aprovação da emenda que recriava o antigo Estado da Guanabara. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) acusou Dornelles de ter esvaziado o plenário da Constituinte para evitar a aprovação da emenda que eliminava os títulos ao portador. Ou Dornelles exerce uma liderança extraordinariamente forte na Constituinte ou os dois deputados do PDT estão com idéia fixa nele.

Essa última hipótese é a mais provável.